

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi com perplexidade que o Grupo Parlamentar do PSD assistiu à revelação pela senhora ministra da Agricultura, que o Governo contratou, através de concurso internacional, "uma entidade que nos vai referenciar os preços ao consumidor dos últimos três anos e que vai atualizar a todo o tempo esses mesmos dados". Está em causa a fiscalização da evolução dos preços dos produtos alimentares, na sequência do acordo com a CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal) e a APED (Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição) para baixar e estabilizar preços de 44 produtos alimentares.

Nessa sequência, e segundo notícias que vieram, entretanto, a público, o Governo vai pagar mais de 280 mil euros a duas empresas privadas para monitorizarem os preços dos supermercados.

Ora, é incompreensível que o Governo tenha recorrido a um 'outsourcing', quando, simultaneamente, batem-se todos os *records* de números de funcionários públicos - que já vão em mais de 742.000 - e quando há mais de um ano foi criado um Observatório de Preços, que tem, precisamente, por missão a monitorização e análise da formação dos preços, verificando os mesmos junto do consumidor.

Com efeito, não se compreende como é que o Governo não recorre aos trabalhadores do Estado, designadamente, à capacidade inspetiva dos seus diversos serviços de fiscalização, para executar estas tarefas. Até porque, o referido acordo, será acompanhado por uma comissão destinada a garantir que os compromissos são cumpridos, a qual é constituída, entre outras entidades, pela Autoridade da Concorrência, a Autoridade Tributária e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

Por outro lado, o Observatório de Preços "Nacional é Sustentável", estabelecido através do Despacho n.º 12209/2022, de 6 de outubro, tem por missão a avaliação dos impactos da conjuntura de mercado nos preços ao nível do consumidor, sendo o apoio logístico e administrativo necessário ao funcionamento do mesmo assegurado pelo Gabinete de

Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura, o qual conta atualmente com 235 trabalhadores.

Em face do exposto, não se entende como é que o Governo não conseguiu encontrar junto da Administração Pública, quadros suficientes e/ou competentes, para executar tarefas que estão no cerne das funções públicas que cabe ao Estado e aos seus funcionários assegurar.

Para o PSD, esta opção para além das consequências em termos de custos, representa uma clara desvalorização e desconsideração lançada sobre os trabalhadores da Administração Pública, com a qual não podemos concordar.

Em face do exposto, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD abaixo-assinados, solicitam a Vossa Excelência que diligencie junto do Ministério da Presidência, a resposta às seguintes questões:

- 1. Qual a justificação para que não sejam trabalhadores da Administração Pública a executar as funções de fiscalização da evolução dos preços dos produtos alimentares?*
- 2. Não existem, quer junto das diferentes autoridades inspetivas, quer junto do gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura e da Alimentação recursos humanos suficientes, aptos ou competentes para assegurar as funções de fiscalização da evolução dos preços dos produtos alimentares?*

Palácio de São Bento, 5 de abril de 2023

Deputado(a)s

LUÍS GOMES(PSD)

JOÃO MOURA(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

SOFIA MATOS(PSD)

JOÃO BARBOSA DE MELO(PSD)

ISAURA MORAIS(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

FIRMINO MARQUES(PSD)

FIRMINO PEREIRA(PSD)

FRANCISCO PIMENTEL(PSD)

GERMANA ROCHA(PSD)

GUILHERME ALMEIDA(PSD)

Deputado(a)s

JOANA BARATA LOPES(PSD)

JOÃO PRATA(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

GABRIELA FONSECA(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)